



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 12/2022 - Plenário - 13/12/2022 das 18:00h às 23:00h

Decisão: 453/2022

Referência: 2653158/2022

Interessado: I. D. E. S. D. A. L

EMENTA: Defere PROTOCOLO Nº 2653158/2022 REQUERENTE: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA(FACULDADE MARTHA FALCÃO WYDEN) ASSUNTO: Cadastro do CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESIGN DE INTERIORES

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 13 de dezembro de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Jose Augusto Bezerra De Abreu, objeto de solicitação de providências Instituto De Ensino Superior Da Amazonia Ltda, Considerando os termos da RESOLUÇÃO Nº 1.073/2016 do Cofe, que "Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais os profissionais registrados no Sistema Cofe/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia", especificamente o seu ANEXO II, que trata do REGULAMENTO PARA O CADASTRAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DE SEUS CURSOS E PARA A ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS, ATIVIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAIS. Considerando o disposto nos arts. 3º e 4º do referido Regulamento, a saber: "Art. 3º O cadastramento da instituição de ensino deve ser formalizado por meio do preenchimento do Formulário A constante deste Regulamento, devidamente comprovado com a apresentação da documentação pertinente, em conformidade com a Lei nº 9.784, de 1999. 1º A instituição de ensino deve atualizar seu cadastro sempre que ocorram alterações." "Art. 4º O cadastramento individual de cada curso regular oferecido pela instituição de ensino no Crea deve ser formalizado por meio do preenchimento do Formulário B constante deste Regulamento, devidamente comprovado com a apresentação da documentação pertinente em conformidade com a Lei nº 9.784, de 1999. 1º A instituição de ensino deve atualizar o cadastro individual de cada curso sempre que ocorram alterações no projeto pedagógico ou em outras informações do formulário B." 1º A instituição de ensino deve atualizar o cadastro individual de cada curso sempre que ocorram alterações no projeto pedagógico ou em outras informações do formulário B." Considerando, pois, que a instituição instruiu o pleito com as seguintes informações: Legislação (Res. 1073/16) - Dados do Formulário B Observação - Docs. apresentados Situação 1. Projeto pedagógico dos cursos oferecidos pela Instituição Formadora em sua sede e eventualmente fora de sede; 1.1. Denominação do curso; 1.2. Atos Autorizativos constitutivos e regulatórios do Curso *, ** e ***; 1.3. Concepção, finalidade e objetivo do curso (gerais e específicos); 1.4. Estrutura acadêmica do curso; 1.5. Estrutura curricular do curso; a) No caso de alteração das informações constantes do item 1.1 deste formulário, deve ser feito o novo cadastramento do curso. b) No caso de alteração das informações constantes do item 1.2 deste formulário, o Crea deve providenciar a atualização do registro no SIC. 1. Modalidade Presencial, CARGA-HORÁRIA TOTAL de 1800 horas de acordo com o mínimo estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia EM Design de Interiores: 1.600h, página 102, obtido em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comdocman&view=download&alias=44531-catalogo-nacional-cursos-superiorestecnologia-edicao3-2016-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192 1.1. CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM DESIGN DE INTERIORES; 1.2. Citados na tela do e-MEC 109672(anexa) 1.3. Fls. 80 do processo(Formulário B); 1.4. Fls. 81 (Formulário B); 1.5. Fls 18 à 59 do processo ; Fls. 82 (Formulário B). Atendido * No caso de lato sensu, não é necessário um reconhecimento do curso, apenas a instituição deve estar credenciada junto ao MEC (ver art. 2º da Res. CNE/CES 1/2018 <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>). ** Em relação a stricto sensu, pode ser verificada a regularidade do curso no seguinte site: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/dados-do-snpq/cursos-recomendados-reconhecidos> . *** Válido para cursos regulares de graduação: Enquanto não for proferida a decisão definitiva no processo de reconhecimento, a instituição poderá, com base na PL - 0153/2009, solicitar seu cadastramento provisório tendo como referencial a avaliação do curso, desde que os pedidos de reconhecimento tenham sido protocolados dentro do prazo estipulado pelo MEC e não tenham sido decididos até a data da conclusão da 1ª turma, os quais nestes casos, consideram-se reconhecidos, ou seja, DEVE SER EXIGIDA A COMPROVAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO, CONFORME OS PROCEDIMENTOS DO MEC. Considerando o Ofício Circular Nº 82/2019/CONFEEA, que determina a todos os CREAs que cumpram Sentença exarada pelo Juiz Federal da 10ª Vara/CE referente ao PROCESSO Nº: 0804470-48.2019.4.05.8100S, cuja decisão foi: Leia-se então o que versa o dispositivo declarado inválido pela justiça: "Art. 3º Para efeito da atribuição de atividades, de competências e de campos de atuação profissionais para os diplomados no âmbito das profissões fiscalizadas pelo Sistema Cofe/Crea, consideram-se os níveis de formação profissional, a saber: I - formação de técnico de nível médio; II - especialização para técnico de nível médio; III - superior de graduação tecnológica; IV - superior de graduação plena ou bacharelado; V - pós-graduação lato sensu (especialização); VI - pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado); e VII - sequencial de formação específica por campo de saber. 1º Os cursos regulares de formação profissional nos níveis discriminados nos incisos deste artigo deverão ser registrados e cadastrados nos



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Creas para efeito de atribuições, títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais." Considerando que conforme versa o art. 2º e seus parágrafos 1º e 2º da Res. 1073/16 do Confea, "o cadastramento no Sistema Confea/Crea é a inscrição da instituição de ensino, bem como dos cursos reconhecidos pelo sistema oficial de ensino brasileiro que oferece no âmbito das profissões inseridas no Sistema Confea/Crea, nos assentamentos do Crea em cuja circunscrição encontra-se estabelecida, em atendimento ao disposto nos arts. 10, 11 e 56 da Lei nº 5.194, de 1966", sendo que "a finalidade do cadastramento é proporcionar ao Crea informações indispensáveis ao processo de registro profissional dos egressos dos cursos regulares junto ao sistema oficial de ensino brasileiro oferecidos pela instituição de ensino" e que "o cadastramento citado no caput deste artigo é constituído pelo cadastramento da instituição de ensino e de cada curso regular por ela oferecido." Considerando o que versa a legislação vigente relativamente à concessão de atribuições profissionais, Res. 1073/16 do Confea: "Art. 5º Aos profissionais registrados nos Creas são atribuídas as atividades profissionais estipuladas nas leis e nos decretos regulamentadores das respectivas profissões, acrescidas das atividades profissionais previstas nas resoluções do Confea, em vigor, que dispõem sobre o assunto. 1º Para efeito de fiscalização do exercício profissional dos profissionais registrados nos Creas, ficam designadas as seguintes atividades profissionais: Atividade 01 - Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica. 02 - Coleta de dados, estudo, planejamento, anteprojeto, projeto, detalhamento, dimensionamento e especificação. Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental. Atividade 04 - Assistência, assessoria, consultoria. Atividade 05 - Direção de obra ou serviço técnico. Atividade 06 - Vistoria, perícia, inspeção, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem. (grifo nosso, tal qual art. 4º, Res. 313/86 do Confea) Atividade 07 - Desempenho de cargo ou função técnica. (grifo nosso, tal qual art. 4º, Res. 313/86 do Confea) Atividade 08 - Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão. (grifo nosso, tal qual art. 4º, Res. 313/86 do Confea) Atividade 09 - Elaboração de orçamento. (grifo nosso, tal qual art. 3º, Res. 313/86 do Confea) Atividade 10 - Padronização, mensuração, controle de qualidade. (grifo nosso, tal qual art. 3º, Res. 313/86 do Confea) Atividade 11 - Execução de obra ou serviço técnico. (grifo nosso, tal qual art. 3º, § único, Res. 313/86 do Confea) Atividade 12 - Fiscalização de obra ou serviço técnico. (grifo nosso, tal qual art. 3º, § único, Res. 313/86 do Confea) Atividade 13 - Produção técnica e especializada. (grifo nosso, tal qual art. 3º, § único, Res. 313/86 do Confea) Atividade 14 - Condução de serviço técnico. (grifo nosso, tal qual art. 3º, Res. 313/86 do Confea) Atividade 15 - Condução de equipe de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção. (grifo nosso, tal qual art. 3º, Res. 313/86 do Confea) Atividade 16 - Execução de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção. (grifo nosso, tal qual art. 3º, Res. 313/86 do Confea) Atividade 17 - Operação, manutenção de equipamento ou instalação. (grifo nosso, tal qual art. 3º, Res. 313/86 do Confea) Atividade 18 - Execução de desenho técnico. (grifo nosso, tal qual art. 3º, Res. 313/86 do Confea) 2º As atividades profissionais designadas no § 1º poderão ser atribuídas de forma integral ou parcial, em seu conjunto ou separadamente, mediante análise do currículo escolar e do projeto pedagógico do curso de formação do profissional, observado o disposto nas leis, nos decretos e nos normativos do Confea, em vigor, que tratam do assunto. 3º As definições das atividades designadas neste artigo encontram-se no glossário constante do Anexo I desta Resolução." Destacando então o que versa a legislação vigente relativamente à concessão de atribuições profissionais, especialmente à concessão de atribuições iniciais, Res. 1073/16 do Confea: "Art. 6º A atribuição inicial de campo de atuação profissional se dá a partir do contido nas leis e nos decretos regulamentadores das respectivas profissões, acrescida do previsto nos normativos do Confea, em vigor, que tratam do assunto. 1º As profissões que não têm atribuições regulamentadas em legislação específica terão suas atribuições mínimas definidas nos normativos do Confea, em vigor, que tratam do assunto. 2º As eventuais atribuições adicionais obtidas na formação inicial e não previstas no caput e no § 1º deste artigo serão objeto de requerimento do profissional e decorrerão de análise do currículo escolar e do projeto pedagógico do curso de formação do profissional, a ser realizada pelas câmaras especializadas competentes envolvidas." Considerando então as normativas de concessão de atribuições supracitadas temos leis, decretos e resoluções aplicáveis ao caso: Resolução Nº 313/86 do Confea, que "Dispõe sobre o exercício profissional dos Tecnólogos das áreas submetidas à regulamentação e fiscalização instituídas pela Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, e dá outras providências": "Art. 3º - As atribuições dos Tecnólogos, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional, e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em: 1) elaboração de orçamento; 2) padronização, mensuração e controle de qualidade; 3) condução de trabalho técnico; 4) condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; 5) execução de instalação, montagem e reparo; 6) operação e manutenção de equipamento e instalação; 7) execução de desenho técnico. Parágrafo único - Compete, ainda, aos Tecnólogos em suas diversas modalidades, sob a supervisão e direção de Engenheiros, Arquitetos ou Engenheiros Agrônomos: 1) execução de obra e serviço técnico; 2) fiscalização de obra e serviço técnico; 3) produção técnica especializada. Art. 4º - Quando enquadradas, exclusivamente, no desempenho das atividades referidas no Art. 3º e seu parágrafo único, poderão os Tecnólogos exercer as seguintes atividades: 1) vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; 2) desempenho de cargo e função técnica; 3) ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão. Parágrafo único - O Tecnólogo poderá responsabilizar-se, tecnicamente, por pessoa jurídica, desde que o objetivo social desta seja compatível com suas atribuições. Art. 5º - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características do seu currículo escolar, consideradas em cada caso apenas as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade. Parágrafo único - Serão discriminadas no registro profissional as atividades constantes desta Resolução. Considerando na análise detida do projeto pedagógico apresentado, verifica-se coerência entre o conteúdo ofertado com o escopo da área de atuação em Design de Interiores prevista no Catálogo Nacional de Cursos



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Superiores de Tecnologia, figura abaixo : http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44531-catalogo-nacional-cursosuperiores-tecnologia-edicao3-2016-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192 considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela HOMOLOGAÇÃO da Portaria nº AD-13/2022-GP/CREA-AM - que Autoriza Ad Referendum do Plenário a aprovação do Cadastro do Curso de Tecnologia em Design de Interiores ofertados pelo Instituto de Ensino Superior da Amazônia - Faculdade Martha Falcão - WYDEN. Decisão proferida na 561ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Decisão proferida na 561ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Afonso Ferreira Bernardes, Amarildo Almeida De Lima, Audinei Lima Leite, Claudécir Malveira De Souza, Claudionildo Teles Batalha, Cristovao Americo Ferreira De Castro (suplente), Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Frederico Nicolau Cesarino, Gabriel Monte Paiva (suplente), Gilmara Alencar Perêa, Jackson Pantoja Lima, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Mesaque Silva De Oliveira, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves, Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 13 de dezembro de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário